

**Sobre legumes, lazer e turismo: modos de habitar e constituir paisagens entre vazanteiros no médio Parnaíba**

Lucas Coelho Pereira<sup>56</sup>

**Resumo:** A *labuta* nas vazantes do médio Parnaíba, em Teresina-Piauí, começa cedo da manhã: seu Valdir pega a bicicleta e cruza a Avenida Boa Esperança em direção ao rio - na zona norte da cidade -, desce um caminho estreito, atravessa a criação de porcos do vizinho até chegar na *vazante*. A partir das experiências de seu Valdir e de outros agricultores com os ambientes que lhes constituem e ao mesmo tempo são constituídos por eles, discutirei formas de habitar empreendidas por estes vazanteiros em interação com a região da Avenida, enfatizando não só as vazantes e suas relações constitutivas, mas os processos de constituição das próprias residências e os conflitos com outros projetos de paisagem lá agenciados. As interações entre pessoas, casas, sementes e legumes gestados no *lugar* agenciam modos particulares de percepção do ambiente e configuram-no enquanto uma paisagem de *vida, morada e trabalho*. Estas formas de habitar têm sido alvo de políticas de *requalificação urbana* empreendidas pelo Programa Lagoas do Norte (Prefeitura Municipal, em parceria com o BIRD). Tal iniciativa coloca em agênciadevires de paisagens marcadas pelo *lazer* e pelo *turismo*, classificando, ainda, como *crimes ambientais* os engajamentos entre vazanteiros e vazantes. Neste cenário, o que me proponho a fazer é captar as práticas, conhecimentos e interações constituintes destes distintos tipos de paisagem, colocando em perspectiva, inclusive, as diferentes relações de força e poder implicadas nestes processos.

**Palavras-chave:** Paisagem. Malhas relacionais. Vazanteiros. Intervenções urbanísticas. Risco.

### **Introdução**

Falarei do meu encontro com vazanteiros residentes no curso médio do Parnaíba, na Avenida Boa Esperança, zona norte da cidade de Teresina, Piauí. Vazanteiros são agricultores que, entre outras coisas, vivem do cultivo de vegetais na margem do rio ou nas coroas (ilhas fluviais), acompanhando

---

<sup>56</sup> Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/DAN/UnB). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

o movimento de cheias e vazantes das águas a fim de semear nas porções de terra recém descobertas pela correnteza. Não por acaso, autores como Pierson (1972), ao trabalhar com agricultores que partilhavam desta prática no rio São Francisco, chamaram-nos de *lameiros*.

Embasado na pesquisa que originou minha dissertação de mestrado (PEREIRA, 2017) – realizada nos meses de fevereiro, agosto e setembro de 2016 – procurarei me debruçar aqui sobre o cotidiano das vazantes, a fim de perceber como a *paisagem* (BASSO, 1996; CARDOSO, 2016; CARDOSO e MODERCIN, 2012; HIRSCH, 1995) é constituída a partir das relações entre vazanteiros, águas, animais e etc. no processo conjunto de humanos e não-humanos em existir e fazer existir coisas nas vazantes do lugar.

As interações entre vazanteiros/pessoas da zona norte de maneira geral, casas, sementes e legumes gestados no lugar agenciam modos particulares de percepção do ambiente e configuram-no enquanto uma paisagem de vida, morada e trabalho. Estas formas de habitar (INGOLD, 1996, 2002) – que tentarei abordar nas primeiras seções deste artigo – têm sido alvo de políticas de *requalificação urbana* empreendidas pelo Programa Lagoas do Norte (Prefeitura Municipal, em parceria com o BIRD). Tal iniciativa coloca em agência devires de paisagens marcadas pelo lazer e pelo turismo, classificando, ainda, como espécies de “crimes ambientais” os engajamentos entre vazanteiros e vazantes – do que falarei na quinta seção do artigo. Assim, o que me proponho a fazer neste *paper* é captar as práticas, conhecimentos e interações constituintes destes distintos tipos de paisagem, colocando em perspectiva, inclusive, as diferentes relações de força e poder implicadas nestes processos. Começemos, então, com o caminhar em direção às vazantes, percebendo o desenrolar da vida e das paisagens a partir desta perspectiva.

### **Casas e vazantes**

A casa de Jorge – vazanteiro – e Claudilene – vendedora de medicamentos farmacêuticos e sua esposa – fica na Avenida Boa Esperança. Eles ganharam o terreno do pai de Jorge – seu Dotô – assim que casaram. O pedaço de terra cedido a eles, como vários outros na Boa Esperança, não se encontrava no nível da avenida e os dois tiveram que juntar bastante entulho e comprar dezenas de milhares de “tijolos comuns” a fim de construir o baldrame o mais alto possível. Às vezes – em virtude da grande quantidade de tijolos, pedras, cimento e argamassa necessária – construir o baldrame, isto é, o alicerce de uma residência pode sair mais caro do que a soma de todos os recursos despendidos para o restante da edificação, como a feitura das paredes e a compra de madeira e telhas

para a confecção do telhado. Sem contar a mão-de-obra, “porque serviço de pedreiro não é barato”, como sempre alertava Claudilene.

No período em que estive na Avenida, eles estavam construindo um muro ao redor de toda a residência, além de um pequeno canil para os dois cachorros que Jorge havia adotado recentemente, mesmo a contragosto da esposa. A casa dos cães ficaria ao lado da residência, fora de casa e no nível da avenida, pois aproveitaria o baldrame já construído pelo vizinho e irmão de Jorge, Chiquinho.

Apesar de alto e de ter demandado de Jorge e Claudilene um grande investimento monetário para suas condições financeiras à época, o baldrame construído por ambos não chega a colocar a residência na altura da avenida. Trata-se de uma *casa baixa*. Contudo, a diferença entre o nível da casa de Jorge e o da vazante – quando comparadas ao rio – é considerável. Assim como boa parte das residências nas Olarias – esta região da Boa Esperança –, a os fundos da casa de Jorge e todas as janelas abertas nesse lado são voltadas para o rio Parnaíba. O fim da casa coincide com o início de uma ribanceira bastante íngreme que deve ser percorrida a fim de se chegar nas vazantes. Para algumas habitações nas Olarias, o final desta ladeira leva a um descampado plano entre o término da residência e o início do cercado que marca o fim do domínio doméstico e o começo do espaço da vazante.

Este ambiente que poderia ser entendido como um *quintal* – mas, repetidas vezes, é nominado simplesmente como *lá em baixo* – é utilizado para o cultivo de algumas árvores frutíferas, especialmente, mangueiras e cajueiros, e para a criação de animais de pequeno e médio porte, como caprinos e suínos. Além disso, é *lá em baixo* que as crianças improvisam pequenos campos de futebol e confeccionam traves com talos de madeira. A ribanceira da casa de Jorge não possui *quintal* e desemboca direto na cerca que dá início às vazantes.

O trabalho na vazante inicia-se por volta das seis e meia, sete horas da manhã. Tomamos um café com cuscuz ou pão e ganhamos a Avenida rumo à pequena ladeira que fica logo ao lado da casa de Jorge. Neste horário, o movimento da Avenida ainda é pequeno. Alguns *vazanteiros* e *trabalhadores*<sup>57</sup> estão saindo de casa para suas vazantes, outros estão chegando da Central de

---

<sup>57</sup> Homens contratados pelos *vazanteiros* para lhes auxiliarem na lida com a terra e os legumes. Há uma diferença entre “*vazanteira*” e “*trabalhador*”: o primeiro é *dono* de um pedaço de terra nas vazantes, o segundo presta-lhe serviços, geralmente sob duas formas de contrato amplamente difundidas na Boa Esperança. “*trabalhador*” – em sentido estrito – diz respeito a uma categoria acionada no interior da organização do trabalho nas vazantes. Lato sensu, contudo, tanto



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Abastecimento do Piauí (CEAPI) carregados de caixas vazias, o que nem sempre é um sinal de que as vendas foram boas, mas, simplesmente, de que se vendeu tudo. (Às vezes, especialmente em tempos de safra, é preciso “quase dar” os quiabos para não voltar para casa com mercadoria, o que seria prejuízo ainda maior. Mais vale, em determinadas épocas, vender os produtos a um preço muito abaixo do estipulado).

Ao passo que os vazanteiros fazem o movimento de descida para o rio, isto é, da Avenida para a vazante, os outros moradores fazem o movimento no sentido contrário. À medida que eu e Jorge vamos descendo a ladeira em direção à vazante, o ritmo do lugar assume outros tons, pois a relação entre os diversos elementos da paisagem já é outra. O vai e vem das pessoas, carros e motos transforma-se em um barulhinho ao fundo e dá espaço para o ranger das nossas botas de plástico sobre o chão de terra úmida e o barulho que as folhas de cana fazem ao serem remexidas por nós adentrando a vazante. É preciso saber pisar. Uma vez na vazante, eu tive de (re)aprender a colocar os pés no chão e esse aprendizado passa por saber diferenciar uma muda de legume<sup>58</sup> ainda jovem e em pleno desenvolvimento de outras espécies vegetais, grosso modo, chamadas de “mato”. Não há crime maior do que matar um pé de quiabo: é preferível que se corte um dedo “porque ele ao menos cicatriza, o pé de quiabo não” (Seu Valdir). Disso decorre que o simples ato de pisar requer uma série de cuidados, sobretudo quando as mudas de legumes ainda estão no início dos seus ciclos de desenvolvimento.

---

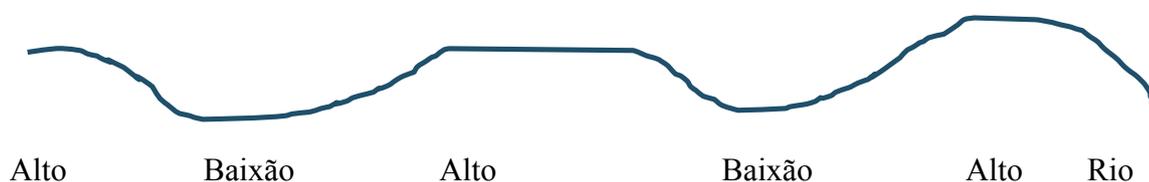
“vazanteiro” quanto “trabalhador” são, igualmente, “trabalhadores”, ou seja, pessoas consideradas íntegras que vivem de maneira *honest*a a partir de um trabalho moralmente tido como respeitável. É isto que faz com que ambos sejam *trabalhadores* quando em oposição ao vagabundo/bandido/marginal.

<sup>58</sup> A categoria “legume” pode assumir conotações distintas a depender do caso etnográfico em tela. Heredia (1979), em diálogo com camponeses da zona da mata pernambucana, define “legume” com relação ao tempo exigido pelo ciclo agrícola de desenvolvimento do vegetal. Assim, “legumes” seriam vegetais de ciclo agrícola maior, quando comparados com as “verduras”, – alface, tomate e repolho, por exemplo – que demandam menos tempo para amadurecer e devem ser consumidas dentro de poucos dias após a colheita, isto é, ainda “frescos”/ “verdes”. “Legumes”, por outro lado, podem ser conservados por bastante tempo depois de colhidos, apresentando maior resistência ao armazenamento; o que lhes permite, inclusive, serem consumidos “secos”. Seguindo a lógica dos camponeses da zona da mata pernambucana, o milho seco, o feijão preto e a mandioca são considerados legumes. Moraes (2000), em pesquisa com lavradores nos cerrados piauienses, define “legume” enquanto designação geral dada aos produtos vegetais alimentares, mas entende essa categoria com relação às dinâmicas de provisão alimentar familiar. Assim, antes de mais nada, o que definiria determinado vegetal como legume seria a importância assumida por ele em termos de volume produzido “e, portanto, de sua capacidade para alimentar a família e proporcionar alguma troca monetária” (MORAES, 2000: 251). No que diz respeito a vazanteiros do médio Parnaíba com quem tive contato, toda e qualquer produção agrícola originária da vazante é nomeada como “legume”, exceto a cana de açúcar e outros vegetais considerados como “fruta”. Assim, legume parece dizer respeito a todo vegetal que, potencialmente, pode vir a tornar-se “comida”, seja na mesa dos próprios vazanteiros, seja na mesa dos futuros compradores da produção, tendo em vista que a maior parte dos legumes cultivados na vazante é comercializada em feiras agrícolas locais

O cultivo de vazantes na beira da Avenida Boa Esperança, isto é, “nas margens” do rio, caracteriza-se pelo plantio de macaxeira, feijão, maxixe, pimenta-de-cheiro e, sobretudo, quiabos. O ato de plantar legumes na beira do rio implica em um constante processo de interação entre humanos e não-humanos. Assim, ao cultivar quiabos na *luta* com uma diversidade de outros seres, os vazanteiros articulam composições particulares de paisagens.

### **Paisagens vazanteiras: a terra, a lama, os altos e os baixões**

Na prática dos/as vazanteiros/as, a beira do rio constitui-se por uma sequência de *altos* e *baixões*. No todo alagável que são as vazantes, os *altos* podem ser considerados elevações não inundáveis, localizados em um nível pouco acima dos *baixões* que – a depender do volume de chuvas – podem passar boa parte do inverno sob as águas. Fato que também os fazem serem nominados de *lagoas*. Se os *baixões* são declives, os *altos* são pequenos morros e a transição entre estes dois espaços é denominada de *lombo*. Logo após a cerca que marca o início das vazantes, tem-se o primeiro *alto*, perfazendo a seguinte sequência até o curso do rio:



**Figura 1** – Desenho gráfico do espaço da vazante

Seu Valdir – vazanteiro de 68 – falou-me que a terra dos baixões é uma terra *forte*<sup>59</sup>. A terra forte possui coloração escura e aspecto argiloso, ao passo que a *fraca* é mais clara e de características arenosas. É interessante notar que *forte* e *fraco* não são categorias estanques. Melhor pensá-las como dois extremos de um *continuum* em constante transformação, tendo em vista que um solo *fraco* pode vir a ser *forte* e vice versa. Neste processo, a água do rio e das chuvas desempenha um importante papel: é ela que lava a *terra* e origina a lama, fertilizando-a. A cheia do rio – diferente do que veremos

<sup>59</sup> É interessante notar que a classificação dos solos de acordo com categorias de “força” e “fraqueza”, mas também de “quente” e “frio” é prática recorrente entre diversos camponeses brasileiros (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; WOORTMANN, 2008, COSTA FILHO, 2008)



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

adiante nos Relatórios de Avaliação Ambiental (TERESINA, 2007; 2014) não é entendida como uma catástrofe, mas como evento que traz consigo um imenso potencial de renovação do solo. A água lava a terra e, à medida que seca, deixa uma “capa de lama” sobre o solo. É a lama que dá a *força*. As enchentes características do *inverno* fazem parte do ciclo hidrológico que rege o trabalho nas vazantes. Planta-se no baixão sabendo-se que ali tem grande potencial de alagar em determinadas épocas. Todavia, isto não é um impeditivo para o plantio. O cálculo do vazanteiro leva em consideração que, antes da cheia, a quase totalidade da plantação poderá ser colhida e o que se perde, quando se perde, nem de longe é comparável ao que ainda se poderá ganhar.

Assim que cheguei à Avenida – em fevereiro – costumava usar a plantação de quiabo perdida como um recurso para iniciar as conversações, tendo em vista que este também era um tema recorrente nas interações que alguns vazanteiros e seus familiares travavam comigo inicialmente. Era comum falarem do espanto perante a cheia inesperada: “há mais de cinco anos os baixões não inundavam desse jeito”. Fazendo referência ao que, a meu ver, parecia uma grande tragédia, eu também iniciava timidamente alguns diálogos com um despretenso e condoído: “Tinha muito quiabo aí, não era?”.

- Era! A água matou um bocado... – respondeu-me Filho.
- O prejuízo foi muito grande?
- Só não foi mais porque a água não cobriu os *alto*... E, também, depois que essa água secar, o quiabo vai dar bom!
- É mesmo?
- Olha, quando essa água secar, a terra vai ficar melhor do que era antes, vai dar mais legume ainda!
- A terra fica mais forte?
- Fica.
- E as terras, aqui, na vazante, de maneira geral, são boas?
- São. A terra toda, aqui, é muito boa, mas ela está meio cansada...
- Cansada?
- Humrrum, devido ao uso, porque já é de muitos anos que a gente trabalha com essa terra...



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

O trabalho contínuo com o solo provoca o enfraquecimento da terra. Nesta perspectiva, a terra da margem do rio, apesar de boa para o plantio, é considerada como terra *fraca*<sup>60</sup>. Para fortalecer a terra, a água, além de adentrar a vazante, precisa permanecer nela por um tempo relativamente longo, cerca de dois meses ou mais. Só assim a terra cria *lama* e é fertilizada. Uma terra *fraca* não necessariamente é uma terra ruim, alguns legumes, inclusive, somente germinam com o solo nestas condições. A terra *forte*, quando forte demais, pode não cooperar com o desenvolvimento de certos legumes.

Seu Valdir contou que, certa vez, plantou um feijão em um dos baixões de sua vazante, o primeiro depois da cerca: “o feijão cresceu, enfulorou [floresceu] mas não deu de jeito nenhum. A terra ali ainda era muito forte. Porque para o legume dar bom a terra tem que ser forte, mas não muito”. Percebi, então, que, em oposição ao *forte não-cultivável* há, ainda, o *forte cultivável*, no qual os legumes além de crescerem, germinam. A terra *fraca* é, por excelência, a terra *cansada* em virtude dos plantios recorrentes. *Cansada*, contudo, não é sinônimo de improdutiva, apesar de os vazanteiros reconhecerem que uma terra com vários anos sucessivos de uso não produz legumes abundantemente, como nos *tempos de antigamente*.

No processo de constituição da terra na vazante, portanto, entram em interação vários seres, dos quais o vazanteiro é apenas mais um a habitar o solo juntamente com a *água*, as *sementes*, a *lama* e, sendo composto e envolvendo a tudo isso, a *umidade*, sobretudo se estivermos falando em uma *terra boa*. A *terra boa* é *terra úmida*. Tal fato é condizente com a ideia de que *terra boa* é “terra lavada e coberta de *lama*”, tendo em vista que a renovação do solo é percebida como algo que ocorre por meio das cheias do rio. Contudo, a água apresenta um duplo aspecto no entender dos vazanteiros com quem convivi: se por um lado traz fertilidade, por outro traz uma série de pragas e insetos que “vem com o rio”.

O espaço da vazante é constituído através dos constantes movimentos de habitação empreendidos pelos vazanteiros. A lógica do plantio está intimamente relacionada com o modo como os ribeirinhos constituem e habitam – juntamente com um conjunto de outros seres – as diferentes porções de terras na vazante. É graças a isto que a paisagem do lugar vai sendo processada. Neste sentido, penso com Escobar (2010) que o “mundo natural” não é algo simplesmente dado e sobre o

---

<sup>60</sup> Costa Filho (2008) mostra que os gurutabanos, quilombolas do norte de Minas Gerais, também classificam seus solos com base em um sistema de “força” e “fraqueza”. Tanto lá, como entre os vazanteiros de Teresina, há uma correlação entre como o solo é identificado e o tipo de legume a ser plantado.

qual as pessoas atribuem sentidos: em última instância, o que há é uma co-produção recíproca entre “mundo natural” e “mundo social” (caso queiramos manter essa dicotomia). Por outro lado, também é interessante notar que a maneira como o ambiente é constituído tem implicações diretas nas formas como ele será vivenciado e manejado (ESCOBAR, 2010), como apontarei adiante ao falar da relação entre tipos de legumes e tipos de solos. Assim, ponto que a vazante só é constituída enquanto tal a partir da atuação dos vazanteiros e suas famílias que, neste processo, também acabam por constituírem-se a si mesmos enquanto pessoas, na lida com a terra, as águas e os legumes.

### **Plantando**

Quiabo, maxixe, macaxeira<sup>61</sup>, feijão e cana de açúcar são as principais espécies cultivadas pelos vazanteiros das Olarias. Há uma acurada percepção do solo no plantio de cada um desses vegetais. Terras com qualidades mais argilosas, lamacentas e escuras são percebidas como melhores para o plantio de quiabo e maxixe, ao passo que solos arenosos são vistos como mais propícios para feijão e macaxeira, sendo a cana de açúcar plantada indistintamente em qualquer um destes tipos de solo. Seguindo esta lógica, o quiabo e o maxixe são geralmente plantados nos *baixões*, ficando os *altos* destinados ao plantio das outras espécies. Dizer, portanto, que determinado tipo de legume será plantado em determinado tipo de solo é, invariavelmente, localizar o plantio em algum lugar específico da vazante. As unidades de paisagem (COSTA FILHO, 2008; OLIVEIRA, 2005) que compõem a vazante, portanto, são constituídas/percebidas a partir do processo de plantio dos vegetais.

Apesar da heterogeneidade das terras, toda a beira do rio é boa para plantar. Assim, nos períodos em que os *baixões* estão alagados, os legumes destinados a estes espaços também podem ser cultivados nos *altos*. O baixão é o lugar dos quiabos, por excelência. Todavia, com alguma frequência, – mesmo quando os *baixões* não estão inundados – quiabos também são plantados nos altos. “O quiabo se dá bem com todo tipo de terra, aguando direitinho, ele vinga”.

Os quiabos são cultivados em linhas retas – chamadas de *carreira* – e é guardada a distância de mais ou menos um metro entre uma *cova* de quiabo e outra. Esta distância é calculada com a medida de um passo. O quiabo é o principal produto cultivado. O plantio deste legume define

---

<sup>61</sup> Quando sai da avenida, em setembro de 2016, seu Valdir estava começando a cultivar mandioca para a feitura de farinha.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

sobremaneira a constituição da paisagem na vazante, tendo em vista que boa parte das outras espécies vegetais são cultivadas em relação a ele, não o contrário.

O quiabo é o primeiro legume a ser plantado e somente quando ele atinge cerca de vinte centímetros de altura é que se inicia o cultivo dos legumes que irão se consorciar a ele. O feijão e o maxixe são os principais legumes inseridos neste processo e suas carreiras são feitas entre as de quiabo. O quiabo cresce rijo e verticalmente, mas tanto o feijão como o maxixe crescem para os lados e em ramas. A justificativa de plantá-los depois do quiabo é que, se semeados anteriormente, eles podem prejudicar o desenvolvimento deste legume que, de longe, ocupa grande centralidade na produção dos vazanteiros desta região da Avenida. A macaxeira e a cana, comumente plantadas nos *altos* mais próximos ao rio, são espécies cultivadas solitariamente. Estes vegetais apresentam uma série de particularidades quando comparadas com as outras plantas cultivadas. Ambas levam bem mais tempo para germinar e amadurecer. Além disso, uma vez plantada, a cana não precisa mais ser replantada, como todas as outras espécies, pois suas mudas não morrem com o corte.

Terra, legumes, vazantes, homens. Até aqui, procurei descrever alguns dos processos de habitação empreendidos pelos vazanteiros na Avenida Boa Esperança e nas suas imediações, passando pelos processos de constituição dos *altos* e *baixões* e pelas malhas de relações constituintes e constituidoras tanto dos humanos como dos não-humanos no ambiente das vazantes. Este lugar, longe de ser a expressão de um domínio dos vazanteiros sobre a terra, os “animais”, as sementes e outros não-humanos, é fruto de um processo de habitação conjunto, pautado na diferença entre os diversos seres que compõem o ambiente.

Assim, tem-se uma configuração de paisagem bem específica, que guarda diferenças cruciais com aquela empreendida pelas políticas de *revitalização* e *reurbanização* empreendidas pela Prefeitura Municipal de Teresina. Nesta última, categorias como *meio ambiente* e *natureza* entram em cena agenciando práticas e conhecimentos que, em última instância, produzem paisagens nas quais as pessoas do *lugar* – a despeito das relações biointerativas com as águas, a vegetação, etc. – são categorizadas enquanto vítimas e algozes de si mesmas, espécies de “criminosos ambientais” nocivos não somente a si, mas ao meio do qual *fazem parte*. Mas isso é tema de outra seção deste *paper*. Antes disso, falarei um pouco da Boa Esperança e de como a região da avenida é percebida a partir de perspectivas centradas nos saberes geomorfológicos a respeito do lugar. É interessante pontuar brevemente esta maneira de se captar a Boa Esperança a fim de percebermos como certos saberes são agenciados nos devires de paisagem propostas pelo Programa Lagoas do Norte.

## Geofísicas e hidrografias

A Avenida Boa Esperança localiza-se na zona norte de Teresina que, conforme Lima (2010), congrega alguns dos bairros mais antigos de Teresina e apresenta uma das maiores concentrações demográficas da cidade. Esse *boom* populacional na região teria ocorrido na década de 1970, quando o fluxo migratório campo-cidade intensificou-se consideravelmente. Assim, a expansão urbana para esta área de Teresina relaciona-se com os baixos preços da renda da terra e dos alugueis, o que atraiu muitos migrantes pobres para a região, caracterizando o lugar como área de forte vulnerabilidade social (LIMA, 2010).

De acordo com, Moraes (2013), o aumento populacional na Zona Norte – durante as décadas de 1960 e 1970 – pode ainda ser atrelado a um fator bem específico, a saber, o crescimento do setor de construção civil na cidade. Neste momento, pessoas oriundas de bairros mais abastados de Teresina apossaram-se de alguns pedaços de terra, tornando-se “donos de olaria” e utilizando-se indiscriminadamente e sem qualquer proteção trabalhista da mão-de-obra de moradores e moradoras locais. Algumas pessoas do lugar, contudo, chegaram a possuir barreiros próprios, nos quais trabalhavam junto com a família na produção de tijolos. Contudo, a posse de barreiros por pessoas de maior poder aquisitivo – inclusive congregando-se na Associação dos Oleiros de Teresina (ASSOUTER) – era<sup>62</sup>, de longe, prática preponderante na zona norte da cidade (PORTELA, 2005). A proximidade com as águas dos rios e lagoas é uma constante na vida dos habitantes da zona norte e engendra uma série de práticas e processos de constituição mútua das *pessoas* e do *meio* a partir das relações estabelecidas, como é possível observar por meio das atividades pesqueira, oleira, ceramista e da própria agricultura de vazantes, amplamente desempenhadas na região.

Boa parte da zona norte encontra-se na porção de território localizada entre a confluência dos rios Parnaíba e Poti. O Parnaíba localiza-se na divisa entre o Piauí e o Maranhão. Sua principal

---

<sup>62</sup> Atualmente, por conta das ações do Programa Lagoas do Norte, empreendido pelo poder público municipal em parceria com o Banco Mundial e o Governo, a extração de barro para a feitura de tijolos fora proibida desde o início dos anos 2000. Por ora, ainda é permitida a retirada de argila para a produção de artesanatos, em virtude de ser considerada por técnicos e funcionários da prefeitura como de menor vulto. Neste contexto, emergem diversas controvérsias no que diz respeito à definição – por parte da prefeitura- de um novo local de extração de argila. Assim, se a extração de argila ainda segue sendo permitida, isto só ocorre pelo fato de a Prefeitura Municipal de Teresina não ter conseguido equacionar a própria proposta de encontrar outra área para extração do barro. Mais detalhes sobre esta política de urbanização e suas interfaces com o artesanato e artesãos/ãs locais, ver Moraes, Monte e Pereira (2014), Monte e Moraes (2015) e Monte (2016).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

nascente, localizada na Chapada das Mangabeiras, ao sul destes dois estados, é perene e, de acordo com Portela (2005), possui bacia hidrográfica de cerca de 330.000 Km<sup>2</sup> e abrange 75% do estado do Piauí. Teresina, por sua vez, está completamente inserida nesta bacia. Nas palavras de Moura,

[...] o Parnaíba é perene em todo o seu curso, alimentado por aquíferos do planalto e pela contribuição de importantes tributários. Sua vazão é regulada a montante de Teresina pela barragem de Boa Esperança [...] Ao chegar em Teresina o Rio Parnaíba recebe o seu principal afluente, o rio Poti. (MOURA, 2006: 52)

O Poti nasce na Serra da Joanhina – Ceará. Trata-se, conforme exposto acima, de uma sub-bacia do Parnaíba em território piauiense, com área aproximada de 55.300 Km<sup>2</sup>.

Em Teresina se localiza a foz desse rio, numa altitude de 60m, onde acontece o encontro com o Rio Parnaíba, no bairro Poti Velho. O rio Parnaíba tem o leito raso preenchido por sedimentos areno-argilosos; o rio Poti tem seu leito achatado, também está preenchido sobre sedimentos areno-argilosos. O rio Poti é caracterizado por planícies fluviais que variam na altitude entre 60 a 80 metros, apresentam formas planas que margeiam as calhas fluviais dos cursos d'água e são locais rebaixados sujeitos a inundações periódicas. (PORTELA, 2005: 55).

Esta conformação geofísica da região do Encontro dos Rios, leva Portela (2005: 56) a afirmar que

O rio Poti é fornecedor de argila e outros recursos minerais, sobretudo para a construção civil, devido a sua extensa várzea de solos aluviais profundos, de cor castanha escuro, silico-argilosos e férteis.

Mais uma vez, no processo de constituição da paisagem geofísica da zona norte, é estabelecida conexão entre “construção civil” e as “qualidades terrosas” da região. Além dos rios, as autoras destacam a forte presença de lagoas nesta área da cidade que, conforme Moura (2006), contabilizavam cerca de 34 no início dos anos 2000. A construção de barreiros para a retirada de argila no leito do rio Poti ocorria, principalmente, nas margens destes corpos hídricos.

Esta maneira de se recortar a paisagem, tomando como parâmetro suas características hidrográficas e geofísicas – amplamente utilizada pela geografia, biologia, ecologia e diversas ciências ambientais –, não raro, é instrumentalizada pela linguagem estatal a fim de se pensar o lugar e instituir territórios, no sentido clássico da geografia ratzeliana, tendo em vista que é exatamente este o prisma utilizado pelo Projeto Lagoas do Norte a fim de embasar uma série de intervenções urbanísticas na área. Mais do que um lugar de *pessoas* – geralmente consideradas um elemento perturbador ao meio –, a região passa a ser vista como um agregado de “planícies aluviais”, “solos silico-argilosos”, “jazidas minerais desgastadas” e uma grande quantidade de “corpos hídricos”.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Perpassando estas “constatações”, há o desenvolvimento de uma ideia-força constantemente afirmada nas narrativas a respeito da zona norte: tanto Portela (2005) quanto Moura (2006) (re)atualizam a descrição desta área enquanto um conjunto de planícies fluviais baixas, propícias, portanto, a enchentes frequentes. As cheias – intimamente relacionadas com a noção de “vulnerabilidade ambiental” da região das Lagoas do Norte – são agentes presentes desde as narrativas de fundação da cidade (primeira metade do século XIX) até os Relatórios de Avaliação Ambiental emitidos pelo PLN no início dos anos 2000. São as enchentes, basicamente, que nestes documentos configurariam a região da Avenida Boa Esperança como “área de risco” e, a partir da retórica do risco – que engendra a expulsão dos moradores locais para outras regiões da cidade – esta política de urbanização aciona a construção de espaços marcada por um uso conseqüente entre as pessoas e o *meio ambiente*.

### **Paisagens do risco, paisagens turísticas**

O Programa Lagoas do Norte (PLN) tem como objetivos declarados (re)vitalizar e (re)urbanizar a área das lagoas da zona norte da cidade de Teresina-PI. A cartilha explicativa do programa apresenta a definição institucional do PLN:

O Lagoas do Norte é um conjunto de ações integradas desenvolvidas pela Prefeitura de Teresina e que visa resolver problemas sociais, ambientais e urbanísticos que causam riscos, afetam a saúde, degradam o meio ambiente, comprometem a qualidade de vida e impedem o desenvolvimento sustentável da zona norte de Teresina (TERESINA, 2015: 5) [grifos meus]

“Risco”, “meio ambiente” e “qualidade de vida” são categorias recorrentes nos textos relacionados ao Lagoas do Norte, que é fruto de parcerias entre poder público municipal, governo federal e organismos internacionais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) . Assim, configura-se como “um dos oito projetos municipais sendo apoiados pelo Banco [Mundial] como parte de um Programa de Empréstimo Municipal Brasileiro (BMPL) mais amplo” (BANCO MUNDIAL, 2008:4). Além de Teresina, as prefeituras de Uberaba, Recife, Belo Horizonte, Cubatão, São Luís, Santos e Guarujá foram “pré-identificadas” para participar deste Programa de Empréstimo com base nas seguintes características –presentes no relatório de nº 42668-BR do documento de *Appraisal* emitido pelo BIRD com relação ao PLN:

(i)Os projetos focalizam as prioridades da pobreza urbana, meio ambiente, desenvolvimento econômico e gestão municipal; (ii) elas [as cidades] são centros econômicos e governamentais a nível nacional ou regional ( quatro delas são capitais estaduais e três estão



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

na baixada santista, o principal corredor logístico do estado de São Paulo [...] (BANCO MUNDIAL, 2008: 8-9)

As negociações entre a Prefeitura Municipal de Teresina e o BIRD iniciaram-se em 2003 e a liberação do Acordo de Empréstimo para a implantação do Programa só foi firmada em 2008 (Nº7523-BR – 2008), no valor de 100 milhões de reais. Deste total, 70 milhões representam o financiamento do Banco Mundial e 30 milhões dizem respeito à contrapartida da Prefeitura e do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além destes recursos referentes à implementação do PLN, houve ajuda de custo oriunda do Governo Japonês para o seu processo de concepção. Assim, de acordo com documento oficial da Prefeitura Municipal de Teresina, “buscou [-se] montar um mix de recursos para garantir tanto a concepção do programa como a execução do mesmo” (TERESINA, 2014: 10). Destarte, no bojo de mais sete projetos brasileiros com financiamentos advindos do banco Mundial, o Lagoas do Norte declara como principais objetivos:

modernizar e melhorar a capacidade da gestão da Prefeitura Municipal de Teresina nas áreas financeiras, urbana, ambiental, prestação de serviços e desenvolvimento econômico; e melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da região das Lagoas do Norte (BANCO MUNDIAL, 2008: 2)

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Planejamento, a zona norte é composta por cerca de 25 bairros, dos quais treze serão alvo das ações do PLN (Figura 1). A Avenida Boa Esperança conecta várias destas localidades na zona norte da cidade e atravessa uma série de lugares das intervenções do Projeto Lagoas do Norte, tanto na Área 1 quanto na área 2. Neste cenário, para que as ações a serem executadas pelo programa ocorram, um número considerável de famílias residentes na região serão “reassentadas involuntariamente”, conforme os termos do PLN. Os destinos das pessoas “reassentadas” (leia-se: desterradas) são dois: elas podem optar por uma casa em conjuntos habitacionais a serem construídos com a verba do programa ou, caso queiram, é permitido a elas optarem pela indenização do imóvel. Este desterramento forçado, contudo, não é a única opção para as pessoas habitantes nas áreas de intervenção do Programa. De acordo com a cartilha de apresentação desta política:

Nem todas as famílias serão reassentadas, apenas o necessário para garantir a segurança das pessoas, a preservação ambiental, o respeito à legislação e à qualidade de vida. Muitas famílias receberão melhoria habitacional e permanecerão no local (TERESINA, 2015: 4)



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Bom, há sérias controvérsias entre os/as moradores/as quanto ao “muitas famílias [...] permanecerão no local”<sup>63</sup>. Assim, A fim de captar como a relação das pessoas com o lugar é gestada nos documentos emitidos pela administração estatal e os devires de paisagem engendrados a partir disso, irei deter-me nos dois Relatórios de Avaliação Ambiental (TERESINA, 2007, 2014) publicados pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), através da Secretaria Municipal e Planejamento.

As intervenções, em curso, do PLN apresentam um largo espectro e cada um dos três componentes traz ações que vão desde medidas de cunho *sócio-ambiental* – como a despoluição das lagoas, saneamento básico, construção de sistemas urbanos de macrodrenagem, áreas de lazer e turismo – até medidas anunciadas como de *desenvolvimento* social, comunitário e econômico das populações locais. O declarado *fortalecimento* das associações e grupos comunitários; incrementos nas possibilidades de emprego e renda por parte das famílias atingidas (contempladas?) pelo projeto entram, então, como complemento às medidas de *requalificação urbana e ambiental*. Por fim, no texto do RAA (2007), todas estas práticas andariam juntas com medidas de modernização de diversos *setores da administração orçamentária e financeira, de educação e de meio ambiente da Prefeitura de Teresina*. Neste cenário meio-ambiente é palavra de ordem, ideia-força que orienta, baliza, dá o tom e, sobretudo, justifica diversas atividades empreendidas pelo Programa. Meio ambiente é percebido, não raro, como um *bem*, um *cenário-recurso* apartado dos humanos e contra o qual perpetramos – corrijo – os habitantes da zona norte perpetraram uma série de práticas nocivas. Voltemos aos relatórios.

Essa região se constitui de um conjunto de lagoas interligadas, localizadas entre o rio Parnaíba e o rio Poti, cuja ocupação desordenada e irregular **traz riscos à saúde humana** e não contribui para gerar um tecido urbano dinâmico e provido da infra-estrutura necessária. Trata-se de região ocupada por população de baixa renda em **condições precárias e insalubres, com habitações em risco permanente de inundação** e sem provimento de serviços básicos de saneamento, que se beneficiará das obras e ações contidas no Programa. (TERESINA, 2007:9). [grifos meus]

A região das Lagoas do Norte, localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, configura um contexto de **grande vulnerabilidade ambiental**, ditado pela conjunção dos seguintes fatores: (i) acentuada dinâmica de deposição de resíduos - planície flúvio-lacustre; (ii) extensa área plana inundável; (iii) solos arenosos permeáveis; (iv) grandes corpos d'água, rasos e interligados pelo sistema de lagoas. (TERESINA, 2007: 10) [grifos feitos por mim]

---

<sup>63</sup> Aqui, não me aprofundarei no desterramento forçado que estas famílias têm sofrido, para mais detalhes ver Pereira (2017).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

De acordo com os relatórios (TERESINA, 2007; 2014), a forma irregular de ocupação e uso do solo engendrou uma série de problemas, inclusive, no sistema viário da região. Trago este desdobramento das ações do Programa para pontuar como a relação das pessoas com o meio (aqui entendido como meio ambiente) engendra uma série de complicações, tendo em vista que – na ótica dos documentos emitidos pelo Estado e pelo BIRD – o *uso desordenado do solo* é apontado como o principal fator de desequilíbrios sociais e ambientais:

Dentre os **muitos problemas gerados pela ocupação desordenada e precária que prevaleceu na região em estudo**, destacam-se: (i) aterramento parcial de lagoas e construção de habitações nessas áreas, sem condições de saneamento básico; (ii) ocupação dos diques marginais dos rios Parnaíba e Poti, com residências e pequenos negócios; (iii) uso inadequado do coroamento das margens dos rios – APP, para prática de esportes que propiciam deslizamentos e/ou compactação inadequada, podendo ser comprometidos na época das chuvas; (iv) **ocupação privada de APP [Área de Proteção Permanente] para plantio de hortaliças**; etc. (TERESINA, 2014b: 70) [ grifos feitos por mim]

É interessante notar que em nenhum dos dois Relatórios de Avaliação Ambiental há referência direta a vazanteiros e vazanteiras. Estas categorias, amplamente comuns na zona norte para se referir a agricultores e agriculturas que cultivam na beira do rio, não são, sequer, mencionadas.

A situação de precariedade da região das Lagoas do Norte em Teresina apresenta algumas vertentes, como a deterioração das condições naturais, associada a uma **ocupação urbana irregular, de risco e de impacto sobre o meio ambiente natural. Os problemas se sucedem atuando em ciclo, um contribuindo para agravar o outro**; a drenagem comprometida por ocupação irregular e desordenada gera inundações, atingindo uma população que vive precariamente às margens dos cursos d'água e os compromete, com a poluição gerada por resíduos líquidos e sólidos. **Essa população que polui, é a mesma que vive precariamente dos recursos naturais ainda existentes** (mineração, artesanato, pesca artesanal de subsistência) e que não tem a sua disposição os equipamentos de infraestrutura necessários para a melhoria das condições urbano-habitacionais nas bacias em questão, ou seja: água, esgoto, coleta regular de resíduos, etc. O quadro de fragilidade do ambiente natural se complementa com essa população também vulnerável, que não sabe como atuar de maneira menos impactante em seu ambiente construído, carecendo de ações que propiciem geração de renda, educação ambiental e sanitária, etc.(TERESINA, 2007: 22) [Todos os grifos são meus]

Neste contexto, a *ocupação urbana irregular* está intrinsecamente relacionada a uma série de problemas – não somente sociais e econômicos – mas, sobretudo, ambientais. A relação entre as pessoas e o meio ambiente é percebida como geradora de consequências nefastas para ambos os polos desta interação. Assim, é elaborada uma narrativa na qual os moradores do lugar são invisibilizados enquanto pessoas portadoras de uma relação histórica particular com as águas e o solo – conforme procurei pontuar no capítulo anterior – para, em última instância, serem representados unicamente



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

como vítimas e algozes<sup>64</sup> de si mesmos, parasitas-suicidas ou como espécies de “criminosos ambientais” (RIBEIRO, 2010) em decorrência das relações estabelecidas com o meio ambiente. Eles e elas – fazendo referência aos trechos citados acima – poluem as lagoas e prejudicam a sua biodiversidade ao mesmo tempo em que necessitam delas para suprir suas necessidades mais básicas de existência. Cultivam *hortaliças* na beira do rio – seja em hortas, seja em vazantes – e, assim, *apropriam-se* de Áreas de Proteção Permanente por meio de uma *ocupação irregular e desordenada* do solo urbano, que tanto faz sofrer, maltrata e degrada não somente ao meio ambiente, mas à eles/as próprios/as. Afinal de contas, essa “população que polui é a mesma que vive precariamente dos recursos naturais **ainda** existentes”. Nesta paisagem, portanto, delineiam-se relações nas quais, de um lado, há os humanos, do outro, o meio ambiente e, conectando ambos, uma relação agônica cujo fim inevitável é a morte, não só do ambiente, mas das pessoas que, ao *utiliza-lo* indiscriminadamente, colocam-se em *risco*, também.

Nos discursos da Prefeitura Municipal de Teresina e do Programa Lagoas do Norte, o *risco* às pessoas dá-se tanto por conta das práticas inescrupulosas dos moradores – poluição às lagoas, plantio na beira do rio, extração de barro para a feitura de tijolos e artesanatos –, quanto pela localização geográfica da região das Lagoas do Norte: citando os relatórios, trata-se de um área de planícies flúvio-lacustres, com uma vasta área inundável, o que acarretaria extrema vulnerabilidade ambiental aos seus habitantes. De acordo com cartilha de apresentação do Programa, área de risco

é a área ou situação que apresenta risco para a vida humana sendo, portanto, imprópria para moradia. Essa condição é definida por lei federal de 10 de abril de 2012. As áreas de risco são assim consideradas por representar perigo por vários fatores. No caso do Lagoas do Norte, as áreas de risco representam perigo de inundação (TERESINA, 2015)

Meio ambiente aparece, então, enquanto recurso, ou seja, algo utilizável, gasto, finito, apartado das pessoas e, concomitantemente, prejudicado de forma visceral por elas. Com esta paisagem,

A solução prevista no Lagoas, para o tratamento ambiental e urbanístico desta área, consiste na **construção do Parque Linear**, que contemplará obras de drenagem, reposição da vegetação e recomposição paisagística das margens das lagoas e do canal. **Adicionalmente a estas melhorias, serão instalados equipamentos públicos, como: calçadão, ciclovia, área de convívio com conjuntos de mesas, pista de skate, anfiteatro e quiosques.** Estas ações visam contribuir para a preservação do ambiente, melhoria da segurança da população, além de melhorar as condições de vida dos moradores, pela utilização do espaço para o lazer

---

<sup>64</sup>Com estas expressões, inspiro-me em Saraiva (2014).



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

contemplativo, esportivo e cultural. Neste contexto de diversas intervenções previstas, o PLN implementou o Plano de Reassentamento de 466 famílias que moravam em casas localizadas nas margens das lagoas, em áreas passíveis de inundação e que, portanto, necessitavam de novas moradias. (TERESINA, 2011:11).<sup>65</sup>

A *degradação ambiental*, portanto, e a ideia de *risco* consistem nas principais idéias-forças justificadoras dos “reassentamentos involuntários”. Neste cenário, a construção de parques lineares apresenta-se como solução para os descaminhos sócio-ambientais nos quais se enredou a zona norte da cidade. Através dos parques, por um lado, anuncia-se a *recomposição paisagística nas margens das lagoas, a vegetação é reposta, calçadas, ciclovias, pistas de skate, anfiteatros e quiosques* são construídos. Por outro, as pessoas do lugar são retiradas dos seus locais de vida e morada – primeiro – sob a justificativa de proteção ao meio ambiente – depois (e ao mesmo tempo) – para garantir-lhes *melhores condições de vida* em uma área livre de inundações.

### Considerações finais: parques ambientais e as diferentes constituições de paisagens

A criação de Parques Ambientais – atividade que só é possível numa percepção branca-ocidental de mundo onde os organismos correspondem a indivíduos contidos em si mesmos a *agirem sobre* um ambiente externo – ganha proeminência no século XIX, com a instauração do primeiro Parque Nacional do mundo, o de Yellowstone, nos Estados Unidos. O parque tinha como objetivo declarado a preservação de uma área de extremas riqueza e beleza naturais, um mundo virgem e selvagem ainda intocado pelo homem. Catalisador palpável das idéias de um paraíso perdido após a expulsão dos humanos. Qualquer semelhança com os ideais românticos de pureza, beleza, tranquilidade e viagem ao interior da alma humana não é mera coincidência (DIEGUES, 1996; RIBEIRO, 1992). Com esta narrativa canônica a respeito do surgimento do(s) Parques Ambientais no mundo ocidental, Diegues (1996) apresenta as reverberações reais da noção de *wilderness/vida selvagem/vida natural*. Estas categorias aparecem como a materialização daquilo que deve ser contemplado e usufruído em sua beleza estética *natural*. Acontece que Yellowstone não era um todo desocupado, mas território dos povos indígenas Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. Estes povos, tomados, á época, como “selvagens, demônios vermelhos, comedores de búfalos, de salmão e de

---

<sup>65</sup> “Este Plano beneficiou 327 famílias com novas moradias no Residencial Zilda Arns, e indenizou 139 imóveis (que foram destruídos), permitindo a **mudança pacífica** [sic] destas famílias para outros lugares.” (TERESINA, 2011:11).

tubérculos”, não deixaram a área do parque espontaneamente, como sugere Aubrey Haines” (DIEGUES, 1996:27). Eles foram desterrados.

É significativo que em 1º de março de 1872, quando o Congresso dos EUA criou o Parque Nacional de Yellowstone também determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis dos EUA e dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo; e que toda pessoa que se estabelecesse ou ocupasse aquele parque ou qualquer de suas partes ( exceto as já estipuladas) fosse considerada infratora e, portanto, desalojada (Kenton Miller, 1980) (DIEGUES, 1996, p. 27)

Unidades de conservação neste modelo – amplamente ancoradas político-ideologicamente no preservacionismo norte-americano – trazem no seu bojo a ideia de que humanos são criaturas nocivas ao meio ambiente e, mais do que tudo, é preciso protegê-lo de suas ações. A beleza estética destas paisagens naturais deve ser vivenciada de maneira contemplativa, proporcionando paz de espírito e tranquilidade aos seus observadores. As pessoas, então, somente podem frequentar esses lugares na condição de visitantes, não de morador/a e, em nome da proteção à *natureza* “contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 1996: 31), uma série de povos seguem sendo desterrados. No caso Lagoas do Norte, os parques lineares são apresentados, além de tudo, como novas oportunidades de lazer, turismo e contemplação de *belezas naturais* em Teresina, um outro *cartão postal* para a cidade.

A futura destinação turística da região da Boa Esperança – concebida enquanto área de lazer, esportes e para a contemplação de *belezas naturais* – é algo pública e abertamente declarado, não somente nas falas de gestores (MONTE, 2016; PEREIRA, 2017), mas em cartilhas explicativas do Programa (CARTILHA, 2015). O investimento na criação, implementação e reformas de parques ambientais como o do Encontro dos Rios e os outros ainda a serem criados no entorno das lagoas da região é visto como uma “atração turística integrada à qualidade de vida” e ao “desenvolvimento econômico”.

A instalação de “*playgrounds*”, “pistas de caminhada” e constituição de espaços com “fontes luminosas” engendram formas de habitar o ambiente urbano amplamente pautadas no consumo estético das paisagens e na ampla utilização de serviços e equipamentos públicos voltados para o lazer. Neste cenário, as “concepções arquitetônicas e ambientais”, com a implementação de “mais áreas verdes” – vale destacar – agenciam a constituição de ambientes nos quais *natureza e meio ambiente* são tomados como *belezas naturais* e – tanto quanto isso – *recursos* a serem *usufruídos* pelas pessoas na condição de visitantes, não de moradores.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Os RAA's (TERESINA, 2007; 2014) ancoram-se amplamente numa linguagem técnico-científica que, nestes contextos, ganha status de verdade absoluta quando comparada com as percepções e engajamentos empreendidas por habitantes no lugar. Neste cenário, os/as moradores/as são percebidas como vítimas e algozes de si mesmos, pois, ao mesmo tempo em que *depredam* e *fazem mal uso* dos *recursos naturais* a elas *disponíveis* – para ficarmos no campo semântico dos RAA's – também necessitam visceralmente deles para a própria *sobrevivência*. Este tipo de relação entre “homem e meio ambiente” é então concebida como geradora de paisagens que estariam marcados pelo *risco*, não só à *natureza*, mas, sobretudo, às próprias pessoas.

A vivência nas vazantes, porém, como destaquei aqui a partir do processo de cultivo dos legumes e de constituição do solo e do espaço nestes ambientes, mostram o quanto é impossível falar de “meio ambiente” como algo apartado das “pessoas”. Pensando com Ingold (1996, 2002), destaco que, no médio Parnaíba, só é possível falar do lugar se levarmos em consideração as relações entre humanos, não-humanos e os ambientes com os quais interagem em um contínuo processo perceptivo. Procurei, portanto, aproximar-me das formas pelas quais a genérica, abstrata e clássica relação “homem/ natureza” desfaz-se e, assim, ganha – literalmente – corpo no cotidiano da beira do rio.

Ao colocar em evidência as paisagens constituídas no cotidiano dos vazanteiros, objetivei destacar as multiplicidades de engajamentos entre humanos e não-humanos que, em conjunto, cohabitam na tessitura contínua do lugar *vazante*. Tentei fugir da dicotomia entre “mundo natural” – enquanto realidade empírica e objetivamente dada – e “mundo social” – enquanto construtos culturais e simbólicos sobre o primeiro. Em vez disso, percebi nas vazantes interações várias entre organismos diversos a se constituírem mutuamente com os ambientes. Algo semelhante ao que Bispo (2015), intelectual quilombola piauiense, chamou de *biointeração*. Assim, procurei falar de processos entre as pessoas e o meio, pautados – não pela ideia de *domínio* ou de *proeminência* da *força humana* em relação à *natureza* – mas pela noção de *comunhão*: ou seja, uma sintonia dos modos de ser e agir em conexão com o mundo em seus múltiplos processos de habitação (INGOLD, 1996, 2002). Nestas configurações de paisagem, portanto, o meio apresenta-se como aquele com o qual (ou quem) se interage: *inter-age* – conferindo, assim, agência a todos os organismos envolvidos no processo. Nos devires de paisagem agenciados a partir da construção dos parques ambientais construídos nas orlas das lagoas, contudo, as formas de habitar o ambiente urbano são outras e, em larga medida, passam por uma ideia de percepção do meio enquanto algo a ser *contemplado* e *utilizado* de formas bem específicas.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Relatório nº 42668, documento do *Appraisal* do projeto sobre a proposta de empréstimo para a PMT, referente ao Programa de melhoria da qualidade de vida e governança municipal – Programa Lagoas do Norte, 2008.

BASSO, K. *Wisdom sits in places. Landscape and language among the Western Apache*. Albuquerque: University of New México Press, 1996.

BISPO, A. B. **Colonização e quilombos**: modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa; Universidade de Brasília; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

CARDOSO, T. M. **Paisagens em transe**: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxo no Monte Pascoal. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

CARDOSO, T.M; MODERCIN, I. F. A construção da paisagem pelos Potiguara: do habitar cotidiano à ecologia política. **ANAIS... 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, São Paulo, 2012.

COSTA FILHO, A. Os gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidades de um quilombo norte mineiro. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: lugar, movimentos, vida, redes. Popayán: Enviñon Editores, 2010.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRSCH, E. **Anthropology of Landscape**: Perspectives on Space and Place. E. Hirsch e M. O'Hanlon (orgs). Oxford: Clarendon Press, 1995.

INGOLD, T. Human worlds are culturally constructed: against the motion (I). In: INGOLD, T. (Ed.) **Key debates in anthropology**. London: Routledge, 1996.



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2002

LIMA, A. J. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI; Recife: Bagaço, 2010.

MONTE, C. N. C. Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho em Teresina-PI: quais diálogos? **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016.

MONTE, C. N. C. Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho em Teresina-PI: quais diálogos? **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016.

MONTE, C. N. C.; MORAES, M. D. C. Intervenções urbanísticas e direitos culturais: O Programa Lagoas do Norte no bairro Poti Velho, Teresina – PI. **ANAIS... VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, de 25 a 28 de agosto de 2015.

MORAES, M. D. C. *Artesanato cerâmico no bairro Poti Velho em Teresina- PI: (rede sociotécnica, agenda pública, empreendedorismo e economia criativa)*. **Monografia de conclusão de curso**. (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste). Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Fundação Joaquim Nabuco/ Ministério da Cultura. Recife: UFRPE/ FUNDAJ/ MEC, 2013.

MORAES, M. D. C.; MONTE, C. N. C; PEREIRA. L. C. Cultura Barrial, Intervenções Urbanísticas e Direitos Culturais: quais direções? (o bairro do Poti Velho em Teresina – PI e o Programa Lagoas do Norte). **ANAIS... III Encontro Internacional de Direitos Culturais**, 07 a 11 de outubro de 2014, Fortaleza – Ceará – Brasil, pp. 1-20.

MORAES, M.D.C. Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MOURA, M. G. B. Degradação ambiental urbana: uma análise de bairros da zona norte de Teresina. **Dissertação** (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2006.



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

OLIVEIRA, C. L. Vazanteiros do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidades no Norte de Minas Gerais. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

PEREIRA, 2017. Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

PIERSON, D. **O Homem no Vale do São Francisco**. Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco. Rio de Janeiro, 1972, Tomo II.

PORTELA, M. O. B. Extração de argila e suas implicações socioeconômicas e ambientais no bairro Olarias, em Teresina. **Dissertação** (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Teresina: Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), 2005.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Série Antropologia**, v. 123. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, L. B. Desenvolvimento urbano econômico e sustentável: a constituição de uma nova cosmografia urbana em Uberlândia (MG). **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

SARAIVA, L. Nem vítima nem algoz: mulheres de bicicleta em Brasília. **Série Antropologia**, v. 443, 2014.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Avaliação Ambiental do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental de Teresina** – Programa Lagoas do Norte: Relatório de Avaliação Ambiental. Teresina: SEMPLAN, 2007.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Programa Lagoas do Norte**: Cartilha. Teresina: SEMPLAN, 2015.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Relatório de Avaliação Ambiental e Social** – RAAS, 2014. Programa Lagoas do Norte (PLN). SEMPLAN, 2014



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Programa Lagoas do Norte:** Marco de Reassentamento Involuntário das Famílias e Imóveis Afetados pela Implantação da 2ª Fase do PLN. Teresina: SEMPLAN, 2014b.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Programa Lagoas do Norte:** Projeto Piloto: Melhoria Habitacional de Domicílios da Área I do PLN Canal Padre Eduardo/Bairros São Joaquim e Matadouro. Teresina: SEMPLAN, 2011.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, K. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. *In: Caderno Espaço Feminino*, v. 19, Uberlândia, 2008